

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RENATO MARTINS COSTA,
MD. CONSELHEIRO DO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

TC nº 4310.989.16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM, por seu advogado que ao final subscreve (instrumento de mandato já anexado nos autos), vem à respeitável presença de Vossa Excelência para interpor o presente **PEDIDO DE REEXAME** em face do parecer proferido pela Corte de Contas, o que se faz com fundamento no princípio da ampla defesa, previsto no inciso LV, do artigo 5º, da Constituição Federal c/c a Lei Complementar nº 709/93, bem como nas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

Em exame as Contas Anuais do Exercício de 2016 da Prefeitura do Município de Mogi Mirim, as quais foram auditadas pela equipe de fiscalização da Unidade Regional de Mogi Guaçu.

Em decorrência das constatações da unidade fiscalizadora, o recorrente apresentou as justificativas que considerou pertinentes, instruindo o presente feito com informações e documentos aptos para conduzir o julgamento no sentido da emissão de parecer favorável à aprovação das Contas Anuais em exame.

Todavia, pelo voto dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente e Relator, Dimas Eduardo Ramalho e do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, a E. Segunda Câmara, em sessão ordinária de 04 de dezembro de 2018, decidiu emitir parecer prévio desfavorável à aprovação das Contas de 2016 da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

As questões que fundamentaram a emissão do parecer desfavorável estão relacionadas: **a)** Resultado Financeiro Negativo; **b)** Situação dos parcelamentos e reparcelamentos junto ao INSS, que trouxeram gastos ainda maiores quando do pagamento de multas e juros; **c)** Infringência ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal; **d)** Não aplicação da totalidade dos recursos advindos do FUINDEB, se limitando ao percentual de 99,54%, em descumprimento do contido no §2º, do artigo 21, da Lei Federal nº 11.494/07.

Excelência, em que pesem as razões adotadas para fundamentar o parecer recorrido, a seguir será possível verificar que os órgãos instrutivos, o Ministério Público de Contas e, por conseguinte, o voto proferido nos autos em epígrafe, não analisaram detalhadamente as razões defensórias levadas ao conhecimento deste Sodalício, o que, por si só, permite o reexame das decisão aqui examinada.

RESULTADO FINANCEIRO:

No tocante ao resultado financeiro de 2016, a Fiscalização realizou ajustes conforme quadro a seguir no intuito de evidenciar a realidade financeira deixada pela gestão em análise no seu último ano de administração municipal, alcançando a falsa conclusão de que o resultado financeiro foi negativo em R\$ 22.276.467,26.

	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Resultado Financeiro
Valor Original do ativo e passivo financeiros constantes no Balanço Patrimonial de 2016	53.202.770,16	30.572.399,72	22.630.370,44
Ajustes no Ativo Financeiro:			
(-) Valor depositado na conta do TJ proveniente de precatórios	25.379.228,68		
(-) Valor se repetindo há anos, que a prefeitura não sabe do que se trata	2.447.933,79		
Ajuste no Passivo Financeiro:			
(+) Despesas de 2016 empenhadas em 2017		1.106.762,28	
(+) Compensações Previdenciárias		15.972.912,95	
Valor do Ativo e Passivo Financeiros após ajustes e Resultado Financeiro Ajustado de 2016	25.375.607,69	47.652.074,95	- 22.276.467,26

Os ajustes foram assim motivados:

1. *Do ativo financeiro excluímos R\$ 25.379.228,68 por se tratar de uma conta que, de fato, não se trata de um direito financeiro, mas sim de um direito referente aos valores já repassados ao TJ a título de precatórios, ou seja, não representava nenhum valor financeiro a ser recebido. Tal valor pode ser verificado compondo o ativo financeiro no Anexo 14A do Balanço Patrimonial (DOC 06 – fl. 10) e no balancete contábil no arquivo DOC 09 – fl. 1.*
2. *Dos outros R\$ 2.520.320,26 a receber no ativo financeiro, excluímos também R\$ 2.447.933,79, pois é valor que vem se mantendo quase inalterado há anos e tem origem no sistema contábil anterior e a prefeitura não soube identificar do que se trata. Tal valor pode ser verificado compondo o ativo financeiro no Anexo 14A do Balanço Patrimonial (DOC 06 – fl. 10) e no balancete contábil no arquivo DOC 09 – fl. 1. A alteração de R\$ 141,34 em 2016 foi apenas um erro de escrituração.*
3. *Incluímos, no passivo financeiro, o valor de R\$ 1.106.762,28 por se tratar de despesas de 2016 (deveriam ter sido empenhadas em 2016), mas que foram empenhadas apenas em 2017, conforme documentação da própria Origem no arquivo DOC 43 – fls. 31/35, tratada no item E.1.1 deste relatório.*
4. *Incluímos, no passivo financeiro, o valor de compensação previdenciária ocorrida no exercício em análise (R\$ 15.972.912,95), mas que tiveram que ser parceladas pela Administração seguinte, conforme tratado no item B.5.1 deste relatório. Sendo assim, deveria ter composto as despesas de 2016.*

Excelência, com o devido respeito, a questão atinente ao resultado financeiro não pode comprometer as Contas Anuais de 2016 do Executivo de Mogi Mirim.

Primeiro, porque os ajustes sugeridos pela fiscalização não devem ser acatados, conforme razões a seguir expostas.

Segundo porque, mesmo que hipoteticamente os referidos ajustes sejam acatados, ainda assim, o Executivo apresenta resultado financeiro em patamar tolerado pela jurisprudência da Corte de Contas, posto que inferior a 30 dias de arrecadação da RCL.

Terceiro porque aqui, diferentemente de outros julgados deste Tribunal de Contas, não se desconsiderou os restos a pagar não processados registrados no Balanço Patrimonial em 31.12.2016.

Vejamos, então, as razões pertinentes!

Em relação ao ajuste verificado no Ativo Financeiro, no montante de R\$ 25.379.228,68, deve ser observado que tais valores se consubstanciam em fundo de reserva constituído nos termos do §1º, do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 151/2013, que assim dispõe:

“Art. 2º Os depósitos judiciais e administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios sejam parte, deverão ser efetuados em instituição financeira oficial federal, estadual ou distrital.

Art. 3º A instituição financeira oficial transferirá para a conta única do Tesouro do Estado, do Distrito Federal ou do Município 70% (setenta por cento) do valor atualizado dos depósitos referentes aos processos judiciais e administrativos de que trata o art. 2º, bem como os respectivos acessórios.

*§ 1º Para implantação do disposto no **caput** deste artigo, deverá ser instituído fundo de reserva destinado a garantir a restituição da parcela transferida ao Tesouro, observados os demais termos desta Lei Complementar. “*

Trata-se, portanto, de valores consignados em fundo específico para pagamento de precatórios judiciais que compõem o passivo financeiro do Poder Executivo.

Assim, se por um lado ocorrer a exclusão do valor consignado para pagamento dos precatórios judiciais, por outro lado deve ocorrer, também, a exclusão do passivo judicial que compõe o passivo financeiro do Poder Executivo.

Mister destacar que o §1º, do artigo 105, da Lei Federal nº 4.320/64, determina que o Ativo Financeiro é composto por CRÉDITOS e VALORES realizáveis, onde se enquadra o montante de R\$ 25.379.228,68:

*“Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:
(...)*

§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.”

Portanto, a quantia de R\$ 25.379.228,68 não pode ser excluída do ativo financeiro do Poder Executivo, posto que se trata de créditos destinados ao pagamento de precatórios judiciais (passivo), estando sua contabilização adequada ao previsto no §1º, do artigo 105, da Lei Federal nº 4.320/64.

O segundo ajuste sugerido pela fiscalização se refere à quantia de R\$ 2.447.933,79, constante da conta de créditos à receber do Balanço Patrimonial. Justificou-se a exclusão com fundamento no fato de tal valor tem se mantido quase inalterado há anos, tendo origem no sistema contábil anterior.

Data vênua, Exa., como bem relatado pela unidade fiscalizadora, a referida quantia foi migrada do sistema contábil anterior, permanecendo escriturado como crédito a receber.

O fato que não pode ser ignorado é que em anos anteriores essa Corte de Contas não promoveu nenhum ajuste de tais valores, tendo os mesmos sido utilizados para compor o Ativo Financeiro e, conseqüentemente, para apurar o resultado financeiro do exercício.

Não parece justa a abrupta mudança de posicionamento dos critérios de análise e apuração do resultado financeiro.

Caso a Corte pretenda mudar a forma de apuração do resultado financeiro, deve ser respeitada a transitoriedade de que trata o artigo 23 da Lei Federal nº 13.655, de 25 de abril de 2018, razão pela qual, desde já, roga-se pela emissão de recomendações e alertas para que a Prefeitura de Mogi Mirim possa adequar os eventuais registros contábeis relacionados ao ativo financeiro.

Outra alteração realizada pela fiscalização em relação ao resultado financeiro se refere à inclusão, no passivo financeiro, do valor de compensação previdenciária ocorrida no exercício em análise (R\$ 15.972.912,95), os quais foram parcelados pela Administração seguinte, conforme tratado no item B.5.1.

Com o devido respeito, é absolutamente indevida qualquer alteração dos resultados contábeis fundamentado nas compensações previdenciárias realizadas em 2016.

Conforme já defendido anteriormente e será reforçado adiante, as compensações previdenciárias processadas em 2016 se fundamentaram em dados técnicos, pareceres jurídicos e decisões do Supremo Tribunal Federal, não recaindo sobre as mesmas nenhum indício de irregularidade.

É necessário verificar que no final de 2016 ocorreu descontinuidade da gestão Administrativa da Prefeitura de Mogi Mirim, tendo o atual Chefe do Executivo, dentro de seu poder discricionário, decidido parcelar os valores compensados em 2016, **antes mesmo de qualquer manifestação da Receita Federal.**

Pelo exposto, é certo afirmar que os ajustes sugeridos pela equipe de fiscalização não podem ser acatados, posto que os mesmos não se fundamentam em nenhuma base jurídica e/ou legal, tratando-se, quando muito, de opiniões de cunho pessoal do d. agente de fiscalização financeira.

Veja, Exa., que a Unidade Regional de Mogi Guaçu, ao auditar as Contas Anuais de 2017 da Prefeitura de Mogi Mirim, concluiu que os ajustes sugeridos em 2016 não se sustentavam, razão pela qual, para apurar o resultado financeiro de 2017, levou em consideração o resultado de 2016 sem qualquer ajuste. Vejamos:

Fls. 10
Processo nº 6788/989/16



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU- UR-19



Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	1.986.556,34	(22.276.467,26)	108,92%
Econômico	(31.462.457,60)	173.540.380,56	118,13%
Patrimonial	259.604.624,54	289.137.452,75	10,21%

- Dados de 2017 e 2016 conforme demonstrativos contábeis do AUDESP e da Origem no arquivo DOC 06, exceto quanto ao resultado financeiro de 2016, que foi ajustado pela Fiscalização no TC-4310.989.16-3.

Dados do exercício anterior conforme Audesp:

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	1.986.556,34	22.630.370,44	91,22%
Econômico	(31.462.457,60)	173.540.380,56	118,13%
Patrimonial	259.604.624,54	289.137.452,75	10,21%

- Dados de 2017 e 2016 conforme demonstrativos contábeis do AUDESP e da Origem no arquivo DOC 06, exceto quanto ao resultado financeiro de 2016, que foi ajustado pela Fiscalização no TC-4310.989.16-3.

Considerando que a Prefeitura efetivou, neste exercício, vários dos ajustes sugeridos pela fiscalização anterior, acolhemos a segunda tabela para realização dos cálculos a seguir:

O resultado da execução orçamentária assim influenciou o resultado financeiro:

Resultado financeiro do exercício anterior	2016	22.630.370,44
Ajustes por Variações Ativas (exercício em exame)	2017 (*)	109.460.815,71
Ajustes por Variações Passivas (exercício em exame)	2017 (*)	(135.126.079,93)
Resultado Financeiro Retificado do exercício de	2016	(3.034.893,78)
Resultado Orçamentário do exercício de	2017	(202.883,63)
Resultado Financeiro do exercício de	2017	(3.237.777,41)

(*) - Que causam interferência no Resultado Financeiro do exercício anterior.

Não foi possível identificar todos os ajustes que acarretaram o resultado financeiro do exercício.

Os extensos ajustes contábeis evidenciaram o déficit financeiro apontado pela fiscalização do exercício anterior.

Observe-se que a Unidade Regional de Mogi Guaçu, ao auditar as Contas de 2017 da Prefeitura de Mogi Mirim, considerou o resultado financeiro positivo de 2016 no montante de R\$ 22.360.370,44, que corresponde ao valor consignado no Balanço Patrimonial de 2016 sem nenhum dos ajustes sugeridos pela fiscalização.

Portanto, roga-se para que o resultado financeiro de 2016 seja apurado sob os mesmos critérios adotados em 2017, assegurando a similaridade de procedimentos contábeis.

Com isso, é correto afirmar que o resultado financeiro de 2016 foi SUPERAVITÁRIO em R\$ 22.360.370,44.

Em que pese todo o exposto, caso não aceitos os argumentos ora expostos, roga-se à Corte de Contas para que sejam desconsiderados os Restos a Pagar não

processados, registrados no Balanço Patrimonial em 31.12.2016, para fins de apuração do resultado financeiro.

Tal pleito se fundamenta em dois fatos.

Primeiro, porque a Corte de Contas para fins de apuração dos valores aplicados na saúde e na educação, desconsidera os empenhos não processados e não pagos.

Em relação ao ensino, glosou-se a quantia de R\$ 2.798.258,61:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
RECEITAS		
Ajustes da Fiscalização	212.656.704,95	
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	212.656.704,95	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	28.131.623,37	
Transferências recebidas	37.283.458,67	
Receitas de aplicações financeiras	106.220,81	
Ajustes da Fiscalização		
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	37.389.679,48	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	35.784.738,47	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)		
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)	35.784.738,47	95,71%
Demais Despesas	1.433.524,37	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)		
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)	1.433.524,37	3,83%
Total aplicado no FUNDEB	37.218.262,84	99,54%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	28.178.094,30	
Acréscimo: FUNDEB retido	28.131.623,37	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras	(120.967,00)	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno		
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2016	56.188.750,67	26,42%
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%: [] Aplic. no 1º trim. de 2017		
Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 2017	(2.798.258,61)	
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios	(1.751,26)	
Aplicação final na Educação Básica	53.388.740,80	25,11%
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	235.547.000,00	
Despesa Fixada Atualizada	67.578.394,77	
Índice Apurado	28,69%	

Em relação aos cálculos de aplicação nas ações e serviços da saúde foi glosada a quantia de R\$ 3.021.025,89:

SAÚDE	Valores - R\$
Receitas de impostos	212.656.704,95
Ajustes da Fiscalização	
Total das Receitas	212.656.704,95
Total das despesas empenhadas com recursos próprios	59.082.611,20
Ajustes da Fiscalização	(1.960.845,01)
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de 2017	(3.021.025,89)
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde	54.100.740,30
	25,44%
Planejamento atualizado da Saúde	
Receita Prevista Atualizada	235.547.000,00
Despesa Fixada Atualizada	67.258.924,00
Índice apurado	28,55%

O segundo fator que permite o acatamento do pleito de exclusão dos restos a pagar não processados do cálculo de apuração do resultado financeiro é o contido no repertório jurisprudencial desta Corte de Contas.

Neste sentido, trazemos à tona a decisão de Vossa Excelência, Dr. Renato Martins Costa:

“TC-000008/026/14

Prefeitura Municipal: Analândia.

Exercício: 2014.

(...)

Relativamente ao resultado da execução orçamentária, assiste razão à Origem quando o justifica baseado na influência dos empenhamentos integrais de obras, ocasionando inscrição de restos a pagar.

Assessoria Técnica Econômica ratifica a tese defensiva, registrando que as obrigações mais onerosas estão consignadas na conta “restos a pagar não processados”, representada pelo montante de R\$ 3.167.825,71, os quais não significam, necessariamente, obrigação de pagamento, enquanto que os valores exigíveis constantes na conta “restos a pagar processados”, totalizaram R\$ 730.186,22, em 31/12/2014.

Assim, o aparente desequilíbrio na execução orçamentária se mostrou justificado diante da análise dos valores inscritos em restos a pagar não processados.

De mais a mais, considerando as despesas liquidadas, o Município realizou investimentos no montante de R\$ 2.874.702,73, equivalentes a 13,53% da Receita Corrente Líquida.

No tocante ao resultado financeiro deficitário, acolho o posicionamento da Assessoria Técnica competente no sentido de que o valor se mostrou administrável em razão de representar pouco mais de 01 mês de arrecadação (receita corrente líquida = R\$ 21.248.592,09 / 12 meses = R\$ 1.770.716,00).

De todo modo, fica o Responsável alertado para promover o equilíbrio entre receitas e despesas no exercício vindouro, mantendo o contingenciamento de gastos a fim de evitar déficit na execução orçamentária, nos termos do disposto no art. 4º, inciso I, alínea “a” da LRF.

Já com relação ao endividamento municipal, muito embora tenha ocorrido aumento da dívida de curto prazo em relação ao exercício anterior e, ainda, falta de liquidez ao final do exercício o município apresentou o demonstrativo de restos a pagar do 5º bimestre do exercício de 2015 (fl. 100), comprovando o pagamento de todas as dívidas de curto prazo.

Registrem-se os resultados econômico e patrimonial positivos, denotando situações favoráveis para a Administração.

No tocante aos demais apontamentos constantes da conclusão do relatório da Fiscalização, a defesa apresentou explicações informando a adoção de medidas para a correção das impropriedades apontadas em alguns itens, as quais deverão ser verificadas na próxima inspeção “in loco”. Cabem alertas.

Em face de todo o exposto e acolhendo as manifestações de ATJ (Econômica, Jurídica e Chefia) e do d. MPC, **voto pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Analândia, relativas ao exercício de 2014, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.**”

No mesmo sentido já decidiu o Conselheiro EDGARD CAMARGO

RODRIGUES:

“40 TC-002494/026/15

Município: Biritiba Mirim.

Prefeito(s): Carlos Alberto Taino Júnior.

Exercício: 2015.

(...)

MÉRITO

Decreto combatido inquinou a precariedade da condução fiscal que se viu do **déficit orçamentário** de 2,25% (R\$ 1.302.313,28) desprovido de amparo no saldo das Finanças da competência anterior, do **resultado financeiro negativo** na ordem de R\$ 11.089.845,54 (onze milhões e oitenta e nove mil e oitocentos e quarenta e cinco Reais e cinquenta e quatro centavos) em aproximados 69 (sessenta e nove) dias das receitas do exercício⁶, e do expressivo cenário de **iliquidez** perante as obrigações de curto prazo (0,20).

Na oportunidade de reexame, pugna o apelante por revisão dos resultados, tendo em vista a dedução dos restos a pagar não processados inscritos na soma de R\$ 9.699.640,78 (nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta Reais e setenta e oito centavos), medida que justifica pela frustração de receitas de convênios celebrados com outras esferas governamentais.

Há consignar que a hipótese avençada neste apelo foi acolhida por este E. Plenário quando do reexame das Contas de Birítiba Mirim do exercício de 20147, com provimento do recurso e sequente reforma do parecer de desaprovação exarado àqueles demonstrativos:

“(...) a Municipalidade deixou de receber transferências de recursos originários de convênios firmados com esferas governamentais, que não devem repercutir na execução orçamentária - financeira do exercício. Verificou que o resultado da execução da despesa de capital (R\$ 5.958.747,36) contrapõe-se à receita de capital realizada (R\$ 4.463.828,76), deixando claro que a Administração, para a consecução de convênios, empenhou recursos em quantidade superior às transferências efetivamente recebidas, tanto que o valor constante no demonstrativo de restos a pagar não processados (fl. 15) registrou a importância de R\$ 10.020.782,79, evidenciando, desta forma, que **o desequilíbrio orçamentário está relacionado com as despesas de capital, sem**

contrapartida financeira, conforme argumentou a defesa. Assim, **desconsiderando o valor dos restos a pagar não processados, a Municipalidade apresentaria como resultado gerencial (ajustado) da execução orçamentária superávit de R\$ 7.755.096,10**. Observou ainda que a Administração vem diminuindo gradativamente a situação orçamentária deficitária (2012 = 12,92%; 2013 = 6,90% e 2014 = 4,16%), demonstrando evolução positiva da gestão dos recursos.

Quanto o resultado financeiro, do mesmo modo, se excluídos os restos a pagar não processados, a negatividade seria menor, ou seja, o déficit apurado de R\$ 11.825.873,22 seria ajustado para R\$ 1.805.091,13, valor este que não comprometeria o exercício subsequente, uma vez que corresponderia a menos de um mês da efetiva arrecadação (receita corrente líquida de R\$ 54.364.565,12 : 12 meses = R\$ 4.530.380,48), podendo ser relevado, a exemplo das decisões proferidas nos TC"s - 002568/026/10 e 001697/026/13" (grifo meu).

Nestas circunstâncias, tendo em vista que o cenário em perspectiva assemelha-se àquele dos demonstrativos de 20148 (2015: Receitas de Capital = R\$ 2.065.850,16; Despesas de Capital = R\$ 5.862.773,44), em homenagem à sobredita decisão adoto igual procedimento para o fim de ajustar os números do exercício e, abatidos os restos a pagar não processados (R\$ 9.699.640,78), reconhecer **superávit orçamentário de 14,49% (R\$ 8.397.327,50)** bem assim **resultado financeiro negativo de R\$ 1.390.204,76**, montante inferior a um mês da arrecadação do exercício9 e, desta feita, passível de ser relevado por esta Corte vez que, suscetível de breve reversão, não traduz comprometimento à futura condução fiscal do Município.

Pelo exposto, voto pelo **provimento** do Pedido de Reexame a fim de que seja emitido Parecer Favorável à aprovação das CONTAS DO PREFEITO DE BIRITIBA MIRIM, Senhor Carlos Alberto Taino Júnior, relativas ao exercício de 2015, mantidas, entretanto, as recomendações e advertências constantes da decisão recorrida."

O quadro de fls. 57 do relatório de inspeção *in loco* evidencia os valores inscritos em restos a pagar não processados em 2016, os quais, conforme verificado, podem ser abatidos dos cálculos de apuração do resultado financeiro:

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	21.873.485,68	22.767.831,80	20.149.217,49	24.492.099,99
Restos a Pagar Não Processados	8.630.234,82	20.512.836,33	23.601.674,51	5.541.396,64
Consignações	1.956.608,37	21.359.022,30	22.871.050,53	444.580,14
Depósitos	136.980,25	66.950,58	109.607,88	94.322,95
Outros	-			-
Total	32.597.309,12	64.706.641,01	66.731.550,41	30.572.399,72
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	32.597.309,12	64.706.641,01	66.731.550,41	30.572.399,72
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	25.375.607,69	0,83	
	Passivo Financeiro	30.572.399,72		

Excelência, se todo o exposto não for suficiente para convencimento da Corte de Contas, deve ser verificado que o resultado financeiro negativo indicado pela equipe de fiscalização, no montante de R\$ 22.276.467,26, **corresponde a menos de um mês de arrecadação da Receita Corrente Líquida do Município.**

O quadro de fls. 60 do relatório de inspeção *in loco* evidencia o valor da Receita Corrente Líquida de 2016:

B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	316.641.581,78	100,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	121.015.421,93	38,22%
Limite Legal - Artigos 3º e 4º. Resolução 40 do Senado	379.969.898,14	120,00%
Excesso a Regularizar		
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	-	
Limite Legal - Artigo 9º. Resolução 43 do Senado	69.661.147,99	22,00%
Excesso a Regularizar		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Exceto ARO		
Realizadas no Período	2.728.057,49	0,86%
Limite Legal - Artigo 7º, I. Resolução 43 do Senado	50.662.653,08	16,00%
Excesso a Regularizar		
DESPESAS DE CAPITAL		
Realizadas no Período	25.986.794,00	8,21%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Exceto ARO) > DESPESAS DE CAPITAL	Não	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - ARO		
Saldo Devedor	-	
Limite Legal - Artigo 10. Resolução 43 do Senado	22.164.910,72	7,00%
Excesso a Regularizar		
RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
Saldo do exercício anterior	-	
Valor arrecadado no exercício	309.519,70	
Valor aplicado no exercício	262.405,76	
Saldo a Aplicar	47.113,94	

Assim, considerando a Receita Corrente Líquida de R\$ 316.641.581,78, um mês de sua arrecadação corresponde **a R\$ 26.025.335,48** ($RCL \div 365 \text{ dias} \times 30 \text{ dias}$), ou seja, **acima do resultado financeiro negativo apurado pela fiscalização (R\$ 22.276.467,26).**

Aqui, então, cabe invocar o repertório jurisprudencial desta Corte de Contas.

“29 TC-001685/026/13

Prefeitura Municipal: Santa Albertina.

Exercício: 2013.

(...)

2. VOTO

(...)

2.3. Em relação aos **resultados**, a receita prevista e a realizada atingiram R\$ 17.642.872,80. O resultado da execução orçamentária correspondeu a déficit de 7,75%, isto é, R\$1.366.472,34, amparado parcialmente pelo resultado financeiro do exercício anterior

de R\$ 547.313,52. Assim, o resultado líquido foi deficitário em R\$ 819.158,82 (4,64%).

Também o resultado financeiro apresentou déficit – R\$819.158,82 –, que, entretanto, correspondente a apenas 17 (dezessete) dias de arrecadação, não apresenta potencial para impactar em demasia os orçamentos futuros.

No que respeita a investimentos, foram realizados pelo Município no valor correspondente a 6,05% da Receita Corrente Líquida – RCL.

2.4 Diante do exposto, acompanho as manifestações convergentes da Assessoria Técnico-Jurídica e do Ministério Público de Contas e voto pela emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas da Prefeitura de Santa Albertina, com ressalva das falhas consignadas nos itens “Planejamento das Políticas Públicas”, “Do Controle Interno”, “Despesa de Pessoal”, “Contratos” e “Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal”.

“Processo: TC– 2341/026/15

Prefeitura Municipal: Guarujá

Exercício: 2015.

(...)

AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE GUARUJÁ, relativas ao exercício de 2015, apresentaram falhas que foram dirimidas pela defesa, quanto aos aspectos econômico-financeiros que poderiam ensejar um juízo de reprovação dos demonstrativos em exame foram devidamente justificados.

Ressalto que os déficits orçamentário (5,77%), e o financeiro (R\$ 55.538.485,88) apurados representam menos de um mês de arrecadação da Receita corrente líquida, ou seja, equivalem a vinte e um dias e 19 dias, respectivamente, portanto dentro do limite considerado por este Tribunal, que tem tolerado até 30 dias¹.

Outrossim, a maior parte do passivo financeiro é composta de restos a pagar não processados, no total de R\$ 56.846.561,05, gerados na grande maioria de recursos derivados de convênios, contratos de repasses de recursos estaduais e federais (fls.

351 e 947/951), e que retirados do cômputo, o Município atinge um **Resultado Orçamentário deficitário de apenas 0,40%**, possuindo, portanto, praticamente cobertura financeira para fazer face aos compromissos de curto prazo.

Quanto às demais falhas não possuem força suficiente para macular os atos praticados, podendo ser objeto de recomendação à luz da jurisprudência desse Egrégio Tribunal.

Por todo exposto, considerando que o Município APLICOU NO ENSINO 26,32%; 69,87% NA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO; 100% NO FUNDEB; 19,29% NA SAÚDE E; 46,27% DE GASTOS COM PESSOAL, ACOMPANHO A MANIFESTAÇÃO DE CHEFIA DE ATJ E VOTO PELA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, EXCETUANDO-SE OS ATOS PORVENTURA PENDENTES DE APRECIÇÃO POR PARTE DO TRIBUNAL.

(...)

**ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO”**

Adiante, segue algumas decisões proferidas pela Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES, reconhecendo que os resultados orçamentário e financeiro inferiores a 30 dias de arrecadação da Receita Corrente Líquida, bem como seus reflexos, não merece censura desta Corte de Contas:

“TC-004333/989/16

Prefeitura Municipal: São Manuel.

Exercício: 2016.

(...)

VOTO

A instrução processual aponta que os principais resultados verificados no exercício alcançaram patamares aceitáveis na condução gerencial da administração municipal.

Sob o prisma fiscal, embora a municipalidade tenha registrado déficit de R\$ 1,97 milhão na execução orçamentária (-2,15% da receita auferida), verifica-se que o déficit financeiro apurado (R\$ 2,1 milhões) é equivalente a 2,29% da receita realizada no exercício (R\$

91,8 milhões), representando 08 (oito) dias de arrecadação³, cujo panorama, de acordo com a jurisprudência deste E. Tribunal, não se mostra suficiente para afetar o equilíbrio das contas, podendo ser relevado.

(...)

Ante o exposto, voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de São Manuel** relativas ao exercício de 2016, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este E. Tribunal.”

“TC-001690/026/13

Município: Santa Maria da Serra.

Prefeito(s): Josias Zani Neto.

Exercício: 2013.

(...)

De outro modo, no que se refere ao resultado da execução orçamentária, embora deficitário, não pode ser considerado expressivo em razão do montante arrecadado, situando-se em apenas 5,95%.

E de modo mais relevante, quanto à elevação do saldo financeiro negativo (R\$ 1.043.562,98), provocado pelo resultado da execução orçamentária deficitário, também não pode deixar de ser ponderado que esse valor ficou abaixo de 01 (um) mês de arrecadação [R\$ 15.933.094,62 (RCL ajustada pela ATJ): 12 (meses) = R\$ 1.327.757,88].

Na verdade, o déficit apresentado correspondeu a menos de 24 (vinte e quatro) dias de arrecadação.

Relembro que esse parâmetro vem sendo aceito pela jurisprudência desta Corte para indicar se o Município teria condições de, em breve período e mediante esforços.

(...)

De todo o exposto, **voto pelo provimento do Pedido de Reexame interposto**, a fim de ser emitido outro parecer às contas de 2013 da Municipalidade de **SANTA MARIA DA SERRA**, agora pela sua aprovação, mantendo-se as demais recomendações e determinações constantes no r. voto proferido, somadas à necessidade de observância ao Comunicado SDG nº 29.”

“TC-002114/026/15

Prefeitura Municipal: Barra Bonita.

Exercício: 2015.

(...)

De outro lado, o plano orçamentário sofreu forte alteração, na medida em que foram realizados créditos adicionais, transferências, remanejamentos e transposições que atingiram R\$ 25.398.894,97, ou seja, alterando em 27,75% o programa inicial – conquanto a receita se mostrava aquém das expectativas iniciais.

Em regra, a alteração do programa inicial sempre revela que a Entidade deve proceder com maior rigor na formulação do orçamento, dentro da sua realidade e necessidades de aplicação, de tal sorte agindo com maior moderação nos ajustes, a fim de não provocar sua descaracterização e prejuízo a todo o planejamento e às políticas públicas estabelecidas.

E, no que se refere ao resultado da execução orçamentária propriamente dito, vê-se que houve déficit de 4,27%, porque as despesas executadas superaram as receitas realizadas no período em R\$ 3.268.813,72.

Esse resultado, embora inicialmente não se mostrasse de grande expressão, se mostrou nocivo ao equilíbrio fiscal, uma vez que o Município não mantinha superávit financeiro suficiente à sua cobertura.

Ademais, o Município já vinha de déficit da execução orçamentária (2014 – 6,95%), dando margem à máxima de que, mesmo resultados negativos de pequena expressão, se perpetuados, podem contribuir decisivamente ao desequilíbrio fiscal.

Sendo assim, houve acréscimo ao resultado financeiro negativo já existente, agora consistindo em déficit de R\$ 5.343.924,34.

Também foi destacado que o Município encontrava-se sem capacidade para a quitação de dívidas de curto prazo (índice 0,40).

Aqui foram lançadas fortes críticas pela falta de quitação de restos a pagar, devendo ser acrescido que a prática desafia ao princípio da legalidade e impessoalidade – na medida em que, invariavelmente há subversão da ordem cronológica, e do princípio da moralidade, uma

vez que sendo devido, o crédito deve ser quitado dentro do prazo ajustado.

Além disso, não há como olvidar que a falta de adequado pagamento das dívidas de curto prazo impõe à Administração o ônus de mercado na oferta dos valores em licitação, pelo próprio risco do não recebimento.

Contudo, a despeito da instrução da matéria pelos Órgãos Técnicos, avalio que o déficit pode ser relevado – mediante firmes advertências à Origem, pois encontra-se abaixo de 01 mês de arrecadação da RCL do período **{[R\$ 85.516.054,05 (RCL) : 365 dias = R\$ 234.290,55] : (R\$ 5.343.924,34) = 22,80 dias}**, parâmetro que vem sendo adotado pela jurisprudência desta Corte para determinar a extensão do desequilíbrio fiscal e a possibilidade de seu contorno.

Assim, sendo a execução orçamentária e financeira relevantes à rejeição das contas, fica a Origem advertida de que, em situações contrárias à realização da receita prevista, deverá proceder o contingenciamento antes definido junto à LDO visando o reequilíbrio fiscal.

(...)

Assim, diante do verificado nos autos, voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de **BARRA BONITA, exercício de 2015**, excetuando-se ainda, os atos, porventura, pendentes de julgamento neste E. Tribunal.”

Pelo exposto, mesmo que sejam acatados os ajustes sugeridos pela fiscalização, deve a Corte de Contas reconhecer que o resultado financeiro de 2016 se fixou em patamar inferior a 30 dias de arrecadação da Receita Corrente Líquida e, nestes termos, conforme orienta o repertório jurisprudencial deste Sodalício, não se consubstancia em causa motivadora para rejeição das Contas Anuais.

É certo, portanto, que houve atendimento ao princípio da gestão fiscal equilibrada, conforme previsto no parágrafo primeiro, do artigo 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo as questões relacionadas aos resultados contábeis ser objeto de relevação, com emissão das advertências pertinentes.

ENCARGOS SOCIAIS:

Outra questão apontada como motivadora da rejeição das Contas Anuais em exame se refere à situação dos parcelamentos e reparcelamentos junto ao INSS, que trouxeram gastos ainda maiores quando do pagamento de multas e juros.

Excelência, não houve correta interpretação da questão, isso porque os valores reparcelados em 2016 não se originaram em 2016. São frutos de reparcelamentos antigos, oriundos de outros exercícios, os quais tem sido administrado pela Prefeitura de Mogi Mirim.

O fato é que a Corte de Contas ao analisar os exercícios de 2014 e 2015, emitiu parecer favorável à aprovação das Contas Anuais do Município de Mogi Mirim, o que se fez mesmo diante da notícia de que os valores referentes ao INSS haviam sido objeto de parcelamento.

A questão foi tratada nas Contas de 2015 da PM Mogi Mirim, apreciadas na Sessão Ordinária da Primeira Câmara de 05/12/2017, onde assim conclui o Conselheiro RENATO MARTINS COSTA:

“TC-002567/026/15

Prefeitura Municipal: Mogi Mirim.

Exercício: 2015.

(...)

Cuidam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, relativas ao exercício de 2015.

O processo integrou a pauta da Sessão de 28 de novembro de 2017 da Primeira Câmara deste E. Tribunal, na qual proferi Voto pela emissão de Parecer Favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

Afastei dos fundamentos do referido Voto as impropriedades relativas ao recolhimento parcial dos encargos sociais, em razão da adesão pelo Município ao parcelamento de

débitos com o Instituto Próprio de Previdência previsto na Portaria nº 333, de 11/07/2017, que permitiu a revisão e regularização da dívida previdenciária dos Municípios, bem como a falta de aplicação da parcela diferida, no diminuto valor de R\$ 63.089,46, equivalente a irrisórios 0,17% dos recursos do Fundo, tendo em conta sua inexpressividade em face do valor efetivamente gasto de R\$ 35.822.145,39, sem prejuízo, no entanto, de determinação para que o Executivo aplique a diferença faltante no ano seguinte ao da publicação deste parecer.

(...)

Por esses motivos Excelências, entendo possível relevar-se os pequenos desacertos ocorridos em 2015, na Prefeitura de Mogi Mirim.

Assim, passo a palavra ao E. Conselheiro Revisor Edgard Camargo Rodrigues, a quem ouço com atenção.

RENATO MARTINS COSTA

Conselheiro”

O Conselheiro EDGARD CAMARGO RODRIGUES, após pedido de vistas, consentiu com a relevação dos parcelamentos do INSS:

“58 TC-002567/026/15

Prefeitura Municipal: Mogi Mirim.

Exercício: 2015.

(...)

De início, permito-me ratificar cálculo efetuado pelo e. Relator que atestou déficit orçamentário situado em patamar (0,41% - 02 dias de arrecadação municipal) incapaz de comprometer o equilíbrio das contas, bem assim, **assentir, mais uma vez, com a sua compreensão a respeito do refinanciamento da dívida previdenciária do município, operado nos termos da Lei Federal nº 13.485/2017 (REFIS Previdenciário).**

(...)

Deste modo, acompanho o relator e voto pela emissão de **parecer favorável** às contas do PREFEITO DE MOGI MIRIM, relativas ao exercício de 2015.

Portanto, Exa., é certo afirmar que esta mesma questão já foi analisada pela Corte de Contas por oportunidade do exame das Contas Anuais de 2015, não podendo as Contas Anuais de 2016, ano imediatamente posterior, receber tratamento diferenciado.

Mister destacar que as dívidas previdenciárias foram parceladas nos termos autorizados pela Lei nº 13.845/2017 e/ou pela Portaria nº 333 de 2017, com o que deve ser aplicado sob o caso concreto mesmo entendimento constante do repertório jurisprudencial deste Sodalício.

SOBRE TAL ASSUNTO, REQUER-SE A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NºS 01 e 02, OS QUAIS ATESTAM QUE A PREFEITURA DE MOGI MIRIM ADERIU AO PARCELAMENTO REGRAMENTO DA MEDIDA PROVISÓRIA 778/17, QUE RESULTOU NA LEI Nº 13.845/2017 E NA PORTARIA Nº 333 DE 2017.

Com o devido respeito, tal questão deve ser enfrentada diante da atual legislação relativa ao parcelamento dos encargos previdenciários, fato que permitirá a conclusão de que não existem falhas capazes de comprometer as Contas Anuais em exame.

A respeito, deve a Corte de Contas verificar que a Medida Provisória nº 778 de 16 de maio de 2017, foi convertida na Lei Federal nº 13.485/17, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios pelo Poder Executivo Federal.

O artigo 1º da referida norma legal, assim dispõe:

“Art. 1º Os débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas autarquias e fundações públicas, relativos às contribuições sociais de que tratam as [alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, vencidos até 30 de abril de 2017, e os de contribuições incidentes sobre o décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de

execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, poderão ser pagos em até duzentas parcelas, conforme o disposto nesta Lei.”

Como se observa, a legislação nacional, **de abrangência de todo estado brasileiro**, estabeleceu um novo sistema de quitação dos débitos previdenciários.

Neste sentido, a Corte de Contas deve considerar que o novo regime de pagamento previdenciário representa, em verdade, o instituto jurídico da novação em relação a obrigação anteriormente constituída.

Deve o Poder Público inadimplente quitar os débitos existentes em até 200 (duzentos) meses, com garantia de quitação através do FPM.

Esta é a nova obrigação dos Municípios inadimplentes. Não mais a anterior, que se extinguiu com a edição da nova legislação.

Portanto, deve a Corte de Contas, com o devido respeito, observar que a Prefeitura de Mogi Mirim está totalmente albergada pela Lei Federal nº 13485/17 e pela Portaria nº 333/2017 do Ministério da Fazenda, **cabendo aqui o mesmo entendimento constante da decisão proferida no processo TC 39/026/14 da Prefeitura de Capivari, ATRAVÉS DA QUAL A CORTE DE CONTAS FIRMOU NOVO ENTENDIMENTO SOBRE O TEMA. Vejamos:**

“RELATOR – (...)

Faço algumas observações adicionais.

Aqui estamos com um caso de previdência própria, mas o raciocínio vale tanto para previdência própria como para previdência geral.

Estabeleceu a legislação nacional, de abrangência total, em todo o Estado brasileiro, um novo sistema de quitação dos débitos previdenciários, como vimos, inicialmente restrita à previdência geral, em seguida estendida às previdências próprias.

Considero que o novo regime de pagamento representa em verdade um instituto jurídico bastante antigo, previsto desde o antigo

Código Civil, onde praticamente se faz uma novação em relação à obrigação anteriormente constituída.

Deve o poder público inadimplente quitar os débitos a partir da nova regulamentação legal, tanto em relação ao passado como em relação ao presente, as prestações vincendas, com a garantia de sequestro de quantias eventualmente acumuladas diretamente do FPM. Esta é a nova obrigação dos municípios inadimplentes, não mais a anterior. A anterior acabou com a edição da nova legislação.

Caberá ao Tribunal de Contas fiscalizar este novo regime, caberá ao Tribunal de Contas imputar responsabilidade aos inadimplentes em face desse novo regime. Por óbvio que, nos municípios em que se constatou tal desconformidade no passado, -tanto faz o regime, estou unificando os raciocínios para a previdência geral e para a previdência própria-, a situação desses municípios nem sempre é a melhor, e o não pagamento das contribuições previdenciárias mascara uma situação que poderia até ficar pior, porque se o déficit era de X e não se paga a contribuição previdenciária, esse déficit passa a ser de X mais aquilo que não se pagou.

Mas não podemos fechar os olhos a uma realidade normativa superveniente que estabelece um regime de execução mais favorável. Ontem, debatendo a matéria no âmbito da Primeira Câmara, tive oportunidade de estabelecer uma analogia, não necessariamente a melhor delas, mas a que me ocorreu como própria para descrever a situação, de uma lei de execução penal que apresenta características novas no cumprimento da pena, favoráveis, benéficas ao réu.

Não há qualquer dúvida na doutrina ou na jurisprudência de que esse regime novo, mais favorável, retroage para atingir o cumprimento da pena em execução mais favorável àquele réu. Aqui nós temos um novo regime, mais favorável, a meu juízo ousaria dizer que revoga as situações jurídicas constituídas anteriormente, estabelece um novo rol obrigações e é este novo rol de obrigações que presidirá a fiscalização do Tribunal de Contas.

Volto ao passado, vamos aqui no caso de Capivari, numa situação que ordinariamente antes dessa legislação levaria o Tribunal de Contas a propor a emissão de parecer desfavorável, hoje propor a

emissão de parecer favorável sem nenhuma contradição, sem nenhuma incoerência, porque é este o novo regime normativo.

Nem se diga que isto penaliza o administrador adimplente, o administrador que com grande esforço conseguiu cumprir as suas obrigações anteriores em face daquele, que se valendo de parcelamentos e de subterfúgios, acabou não pagando.

Não é viável encaminharmos o raciocínio por essa estrada porque senão, qualquer tipo de REFIS, qualquer um, consagra injustiça, e no mérito consagra mesmo, porque se eu, se todos nós aqui, por exemplo, todos nós somos servidores públicos que certamente temos um desconto mensal do imposto de renda na fonte, cada um de nós na física deve pagar muito mais do que qualquer milionário aí, na física, não tenho nenhuma dúvida disso, e um dia vem e os REFIS atingem essas pessoas físicas e jurídicas e elas, se valendo das disposições legais ingressam no REFIS, e nós que estamos aqui todo mês pagando, olhamos e falamos: puxa vida, como escapo disso? Não, não tenho como escapar. Mas é assim, esse é o sistema e assim é desenvolvida a aplicação da legislação que permite a recomposição de débitos de natureza tributária, e aqui, de natureza previdenciária.

Sendo assim, com esses esclarecimentos em relação ao meu ponto de vista, e prometo a Vossas Excelências que eles se limitarão a esse processo, há outros processos que o mesmo tema vai se apresentar e eu pedirei para reproduzir o que aqui estou dizendo, eu dou provimento ao recurso.

PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS SUBSTITUTO – *Senhor Presidente, pela ordem, indago do Senhor se posso questionar o Conselheiro Renato Martins Costa se posso fazer uma indagação somente, de fato, na verdade até aproveitando a inteligência do nobre Conselheiro.*

PRESIDENTE – *Havendo a concordância do Conselheiro.*

RELATOR – *Eu concordo. Se eu souber responder, respondo; se não souber, não respondo.*

PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS SUBSTITUTO – *Conselheiro Renato Martins Costa, como sempre, o Senhor é de uma inteligência e uma perspicácia fantásticas. O único questionamento, até para não me alongar, Conselheiro Renato,*

o Senhor fez um raciocínio interessante, buscando até o instituto do Código Civil da Novação, para dizer que esse negócio jurídico do parcelamento é celebrado entre duas pessoas jurídicas, entre a pessoa jurídica que no caso do regime geral, a União, e um determinado município.

O que queria indagar do Senhor é se os efeitos desse parcelamento celebrado entre duas pessoas jurídicas se estendem para fins benéficos em relação ao gestor público desidioso, cujas contas do prefeito, segundo o parágrafo 2º da Constituição, estão ora em exame.

Acho que esse é o aspecto primordial que gostaria que Vossa Excelência pudesse abordar.

RELATOR – *Doutor Thiago, agradeço por me dar a oportunidade de explicitar melhor meu raciocínio e todas as indagações de Vossa Excelência sempre são revestidas de grande pertinência.*

Penso que sim, e me valho, reitero, do raciocínio analógico que estabeleci em relação à execução de pena. Trata-se de norma mais benigna de aplicação geral em todo o País, que não estabelece diferenciações, tanto que a extensão da abrangência dessa norma é explicitada tanto na lei quanto na Portaria como atingindo qualquer tipo de débito que se enquadre no seu conteúdo, sendo assim, parece-me uma incoerência de lógica interpretativa reconhecermos na norma essas características e negarmos a sua extensão em relação à figura do administrador do passado.

Seria como se o Estado brasileiro, o Estado, e todos nós integramos o Estado, estivesse concedendo um benefício com a mão direita e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, especificamente, na sua parcela de cumprimento da soberania estatal, estivesse retirando isso com a outra, porque senão reconhecermos que isso beneficia a pessoa jurídica de direito público e, por extensão, o responsável por ela no período vencido, nós estaremos deixando de dar à normatividade, o efeito extensivo, e aí é questão de interpretação, que, a meu juízo interpretativo, essa legislação tem.”

Outrossim, em razão do princípio da segurança jurídica, deve ser acatado o mesmo entendimento deferido no julgamento das Contas Anuais de 2015 da Prefeitura de Mogi Mirim, conforme enaltecido anteriormente.

ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL:

Neste último tópico, a Fiscalização consignou em seu relatório que a situação financeira da Municipalidade de Mogi Mirim piorou drasticamente entre o período de início e término dos 08 meses finais de mandato do Chefe de Poder, em descumprimento do disposto no art.42 da LRF.

A conclusão da fiscalização se fundamentou nos seguintes cálculos:

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:	2016
Disponibilidades de Caixa em 30.04	25.973.967,20
Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 30.04	3.988.991,47
Empenhos liquidados a pagar em 30.04	8.266.614,61
Liquidez em 30.04	13.718.361,12
Disponibilidades de Caixa em 31.12	25.375.607,69
Saldo de Restos a Pagar Liquidados em 31.12	24.701.004,83
Cancelamentos de empenhos liquidados	15.972.912,95
Cancelamentos de Restos a Pagar Processados	41.708,71
Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo	1.108.762,28
Il liquidez em 31.12	(16.446.781,08)

- Dados em 30/04/2016 conforme balancete Audesp juntado no arquivo DOC 43 – fl. 1.
- Dados em 31/12/2016 conforme segue:
 - ✓ Disponibilidade em caixa conforme balanço patrimonial (DOC 06 – fl. 8).
 - ✓ Saldo de RP liquidados conforme Anexo 14A do balanço patrimonial (DOC 06 – fl. 10) ou balancete do Audesp no arquivo DOC 43 – fl. 36.
 - ✓ Cancelamentos de empenhos liquidados e RP processados conforme declaração e dados fornecidos pela própria Origem no arquivo DOC 43 – fls. 2/30.
 - ✓ Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo também conforme declaração e dados fornecidos pela própria Origem no arquivo DOC 43 – fls. 31/35.

Excelência, os cálculos referentes a liquidez de caixa de 31.12.2016 não podem ser acatados pela Corte de Contas, posto que não se fundamenta em nenhuma base legal e/ou raciocínio jurídico plausível.

O saldo de RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS, no valor de R\$ 24.701.004,83, é absolutamente indevido.

Primeiro, porque não se trata dos empenhos efetivamente liquidados, mas sim dos empenhos processados em 31.12.2016, os quais, necessariamente, não estavam liquidados.

Veja, desde já, que o valor apurado pela fiscalização é superior aos restos a pagar processados apurado no quadro da dívida de curto prazo:

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	21.873.485,68	22.767.831,80	20.149.217,49	24.492.099,99
Restos a Pagar Não Processados	8.630.234,82	20.512.836,33	23.601.674,51	5.541.396,64
Consignações	1.956.608,37	21.359.022,30	22.871.050,53	444.580,14
Depósitos	136.980,25	66.950,58	109.607,88	94.322,95
Outros	-			-
Total	32.597.309,12	64.706.641,01	66.731.550,41	30.572.399,72
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	32.597.309,12	64.706.641,01	66.731.550,41	30.572.399,72
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	25.375.607,69	0,83	
	Passivo Financeiro	30.572.399,72		

Em que pese tal fato, mister destacar que no montante de R\$ 24.492.099,99, existem empenhos de 2016 e empenhos de anos anteriores, o que não se adequa ao conceito do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com o devido respeito, é absolutamente equivocada a conclusão da equipe de auditoria, isso porque o entendimento de que houve afronta ao contido no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal surge após severas alterações sugeridas no quadro de fls. 87 do relatório de inspeção *in loco*.

A conclusão da fiscalização é totalmente dissociada do preconizado no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SALDO DE RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS EM 31.12, apontado pela fiscalização, é composto pelas seguintes despesas:

- ✓ *Despesas de Exercícios Anteriores*
- ✓ *Despesas Vinculadas ao recebimento de receitas de convênios Estaduais*
- ✓ *Despesas Vinculadas ao recebimento de receitas de convênios Federais*
- ✓ *Despesas de 2016, porém decorrentes de obrigações assumidas antes dos dois últimos quadrimestres.*

Assim, é certo e indiscutível que a unidade fiscalizadora considerou em seus cálculos o SALDO DE RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS EM 31.12.2016, **quando o correto seria apurar os compromissos efetivamente assumidos nos dois últimos quadrimestres do exercício.**

O SALDO DE RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS EM 31.12.2016 é composto por empenhos de todos os exercícios, incluindo despesas de 2016 e de exercícios anteriores que dependiam de implemento de condições para seu pagamento.

No referido saldo constam também despesas que estavam vinculadas aos convênios celebrados com órgãos estaduais e federais, os quais, portanto, não comprometem os resultados contábeis do Poder Executivo, não podendo ser considerados como compromissos a pagar da Administração Municipal.

Com o devido respeito, Exa., cumpre verificar que o *art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que “é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”*.

No caso aqui examinado, a unidade fiscalizadora não comprovou, como lhe competia, que o recorrente contraiu obrigação de despesa, que é o que o dispositivo que se quer violado (art. 42 da LRF) veda.

A fiscalização aponta o aumento da indisponibilidade financeira entre 30.04 e 31.12, no entanto, em nenhum momento evidência que o recorrente *“contraiu obrigação de despesa que sabia que não poderia ser cumprida integralmente nos últimos dois quadrimestres do seu mandato”*.

Não há especificação de qual ou quais obrigações de despesa foram contraídas nos últimos oito meses de 2016, final de seu mandato, que não poderia cumprir integralmente neste ano.

É certo que se constatou, como consignado em parecer aludido, que o Município apresentava uma disponibilidade líquida em 30/4/16, que se reverteu em 31/12/16, o que, no entanto, não permite concluir que houve assunção de obrigação de despesa nos últimos oito meses de seu mandato que não pudessem ser assumidas com os recursos deixados em caixa.

Outrossim, não se apurou sequer quais seriam as obrigações de pagamentos vinculadas aos recursos próprios da Administração.

Não há nos autos elementos indicativos de que tenha contratado ou prorrogado contratos para execução de obras ou serviços no período a que se refere o legislador no art. 42 da LRF.

Aqui, a unidade fiscalizadora deveria apurar as despesas assumidas nos dois últimos quadrimestres e, com isso, verificar se existia disponibilidade de caixa para assumir tais compromissos.

Analisar a questão a partir do SALDO DE RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS, com a devida vênia, é um erro, posto que neste montante, como dito, existem despesas que são totalmente incompatíveis com os fins pretendidos pelo Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o que se verifica, por exemplo, em relação ao SALDO DE RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS vinculados as fontes de arrecadação 02 e 05.

Explica-se!

No decorrer do exercício o Município assinou convênios com órgãos estaduais e federais, se comprometendo em licitar, contratar, empenhar e liquidar despesas, permanecendo pendente o pagamento, o que, entretanto, ocorre com o repasse da contrapartida dos órgãos concessionários.

Enquanto não recebido os valores advindos de outras esferas de governo, ao Município não resta alternativa senão a manutenção do saldo de empenhos processados registrados em suas peças contábeis.

Todavia, tais empenhos, registrados nesta situação, não são compromissos que afetam os recursos próprios da Administração, eis que serão objeto de pagamento com recursos advindos de órgãos concessionários.

Indiscutivelmente, Exa., a Unidade Fiscalizadora não comprovou, como era de rigor, o fato constitutivo da irregularidade, ou seja, que o recorrente contraiu obrigação nova nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, que não poderia pagar integralmente com os recursos deixados em caixa em 31.12.2016.

Esse, Exa. é o entendimento constante da decisão proferida no processo nº 463.669.5/8-00, relator o Desembargador Ricardo Feitosa, restando provido o recurso interposto pelo réu, prefeito de Apelação nº 0018865-55.2007.8.26.0510 9 Clementina, Comarca de Birigui, por não provado que contraiu obrigação de despesa nos últimos oito meses de mandato.

Segue a ementa:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - AUSÊNCIA DE MÍNIMA COMPROVAÇÃO DE QUE O RÉU, PREFEITO MUNICIPAL DE CLEMENTINA, TENHA CONTRAÍDO OBRIGAÇÃO DE DESPESA NOS ÚLTIMOS OITO MESES DE MANDATO - DEMANDA PARCIALMENTE PROCEDENTE - RECURSO DO RÉU PROVIDO.”

O artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal não veda o crescimento da indisponibilidade líquida nesse período.

O que objetivou o legislador foi privar o Administrador Público de, no último ano de seu mandato, contrair para o Estado, obrigações que não pudessem ser cumpridas dentro daquele mesmo exercício ou que para estas não deixassem o necessário lastro financeiro depositado nas contas bancárias.

Logo, aqui não se encaixam as despesas de exercícios anteriores. Também não podem alcançar as despesas vinculadas as fontes 02 e 05, já que os empenhos processados serão pagos com recursos repassados por outras esferas de governo.

A análise da matéria nestes termos demonstra que a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, no exercício de 2016, não desatendeu a norma prescrita no artigo 42 da LRF, isso porque sua disponibilidade financeira em 31/12/2016, representava a quantia suficiente para suportar os restos a pagar empenhados com recursos próprios entre 01/05/2016 a 31/12/2016.

Neste caso específico, para fins de apuração de eventual afronta ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a equipe de fiscalização deveria considerar

somente os empenhos de 2016, os quais somaram a quantia de R\$ 1.933.173,03 (empenhos de 2016 inscritos em restos a pagar liquidados).

Ainda em relação a tais valores, a fiscalização não observou que a quantia de R\$ 4.392.638,90, estava vinculado às fontes de arrecadação 02 e 05. Apenas saldo no valor de R\$ 20.308.365,93 estava vinculado aos recursos próprios.

Em se tratando de recursos vinculados a outras fontes de recursos, não há que se exigir da Administração Pública disponibilidade de caixa para suportá-lo.

Outro ajuste realizado pela auditoria e que não pode ser acatado pela Corte de Contas se refere ao "Cancelamento de Empenhos Liquidados", no valor de R\$ 15.972.912,95.

Trata-se dos valores das compensações de INSS que já estavam empenhados e liquidados, mas que foram anulados após a transmissão das GFIPS compensadas.

Procedimento correto e, incontestavelmente, legal!

Considerando que foram realizadas as compensações através do auto lançamento nas GFIP's, não há que se falar em irregularidade no cancelamento dos empenhos. Logo, não se pode exigir disponibilidade financeira para assumir despesas que deixaram de existir em razão do instituto da compensação.

Sobre as compensações previdenciárias, como já esclarecido, a atual gestão do Executivo de Mogi Mirim optou pelo parcelamento da dívida, mesmo sem qualquer manifestação contrária da Receita Federal.

Com o devido respeito, Exa., as compensações previdenciárias realizadas pela Prefeitura de Mogi Mirim durante o exercício de 2016 se processaram de maneira correta, fato, aliás, que não ensejou nenhuma impugnação por parte da Receita Federal.

Nada de irregular existiu em relação às compensações previdenciárias em comento, já que precedidas de estudos técnicos e realizadas com amparo na legislação previdenciária e tributária em vigência.

As compensações foram efetuadas a partir dos trabalhos desenvolvidos pela empresa Tax&Com Contabilidade Ltda. EPP, contratada através do processo licitatório de nº 0003/2016, realizado sob a modalidade de convite (**DOCUMENTO 03**).

A referida empresa executou os serviços contratados, com o que foi possível realizar as compensações previdenciárias verificadas no exercício de 2016, se aperfeiçoando de maneira correra e objetiva, passível de homologação pela Receita Federal.

Ocorre, Exa., que a atual gestão do Município de Mogi Mirim optou em não aguardar a homologação da Receita Federal e solicitou o parcelamento das contribuições compensadas em 2016.

Muito embora a atual Administração tenha alegado a existência de risco nas compensações, em nenhum momento, demonstrou ou ao menos esclareceu quais seriam esses riscos.

Veja, outrossim, que a Prefeitura de Mogi Mirim, em 31/12/2016, dispunha de Certificado de Regularidade de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias, bem como Certidão Conjuntiva Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e da dívida ativa da União.

Isso, por si só, demonstra que a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, ao contrário do anotado pela fiscalização, não cometeu nenhum ato considerado irregular ou indevido, pois se assim tivesse ocorrido certamente o Município estaria negativado perante o órgão previdenciário.

As compensações previdenciárias foram realizadas com fundamento na Constituição Federal, na Legislação Previdenciária Federal e nas reiteradas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal de Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em que pese todos os argumentos já expostos nos autos, os quais, desde já, reitera aqui, requer-se a aplicação do entendimento recentemente formado pela Corte de Contas em questões da espécie.

Na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 07/10/2015, o Conselheiro Dr. Dimas Eduardo Ramalho, decidiu conhecer e dar provimento ao pedido de reexame interposto pela Prefeitura Municipal de Pereiras, cassando a decisão recorrida, com a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas Anuais **(PROCESSO TC 1775/026/12)**.

Na oportunidade, o Plenário se filiou ao entendimento de que as Contas Anuais poderiam ser aprovadas, já que a única questão discutida nos autos envolvia as compensações previdenciárias realizadas por aquele Município, o que não havia sido objeto de impugnação pelo órgão previdenciário, permitindo, portanto, a análise em processo apartado.

Na oportunidade, acatando a sugestão do Conselheiro Renato Martins Costa, determinou-se a expedição de ofício para a Delegacia Regional da Receita Federal para informar sobre as compensações previdenciárias realizadas.

No mesmo sentido, na Sessão Ordinária da 1ª Câmara, realizada em 27/10/2015, o Conselheiro Renato Martins Costa, emitiu parecer **FAVORÁVEL** à aprovação das Contas de 2013 da Prefeitura de São Pedro do Turvo **(PROCESSO TC 1884/026/13)**, determinando a formação de processo específico para analisar a questão das compensações previdenciárias.

Portanto, em razão do “**novo**” direcionamento da jurisprudência da Corte de Contas, conforme evidenciado, podem as Contas de 2016 do Executivo de Mogi Mirim receber deste Sodalício a emissão de Parecer FAVORÁVEL à sua aprovação, ressaltando para análise em processo específico a regularidade das compensações previdenciárias em questão.

Aliás, cabe informar que a Corte de Contas autuou o processo eletrônico nº 6234.989.17-6, destinado à análise da “Representação” formulada pelo atual prefeito, o Sr. Carlos Nelson Bueno, onde será discutida a regularidade dos atos praticados pelo requerente em relação as compensações previdenciárias.

Os parcelamentos de dívidas previdenciárias foram revistos durante todo o 1º semestre de 2017, tendo a Administração, aderido por último, ao parcelamento instituído pela MP 778/2017, que favorece os Estados e Municípios, ao oferecer desconto em multas e juros para a regularização dos débitos.

Importante deixar consignado que os referidos parcelamentos tiveram impulso do atual chefe do Poder Executivo de Mogi Mirim, o qual, em atitude temerária, procedeu parcelamento de dívida que sequer foi reconhecida pela Receita Federal.

Refeitos os cálculos referentes a situação dos dois últimos quadrimestres, será possível concluir que a em 31.12.2016, o Executivo de Mogi Mirim possuía disponibilidade de caixa para assumir as despesas PRÓPRIAS liquidadas de 2016, em especial aquelas assumidas nos dois últimos quadrimestres do exercício, exatamente como determina o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB:

Neste tópico, a fiscalização concluiu que a Prefeitura de Mogi Mirim, em 2016, aplicou **25,11%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Ademais, verificou a aplicação de **97,71%** dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Além disso, verificou-se que em 2016 utilizou-se o equivalente a **99,54%** dos recursos do FUNDEB, observando-se o percentual mínimo de 95%.

Todavia, constatou-se a não utilização da parcela diferida (R\$ 171.416,64) no 1º trimestre de 2017, não se atendendo ao § 2º do artigo 21 da LF nº 11.494/07, sendo que no fim do exercício de 2016, o saldo nas contas bancárias vinculadas do FUNDEB era suficiente para quitar os restos a pagar do FUNDEB, mas não a parcela diferida.

A fiscalização verificou a seguinte movimentação da aplicação dos recursos do FUNDEB em 2016:

FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	28.131.623,37	
Transferências recebidas	37.283.458,67	
Receitas de aplicações financeiras	106.220,81	
Ajustes da Fiscalização		
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	37.389.679,48	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	35.784.738,47	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)		
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)	35.784.738,47	95,71%
Demais Despesas	1.433.524,37	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)		
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)	1.433.524,37	3,83%
Total aplicado no FUNDEB	37.218.262,84	99,54%

Apurou, então, que o saldo residual do FUNDEB para aplicação no 1º trimestre de 2017, correspondeu a R\$ 171.416,64:

Aplicação do FUNDEB residual até 31.03 do exercício seguinte:	2017	
Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	212.656.704,95	
Retenções ao FUNDEB	28.131.623,37	
Receitas de transferências do FUNDEB sem rendimentos financeiros	37.283.458,67	
Receitas de aplicações financeiras	106.220,81	
Despesas com recursos do FUNDEB	37.218.262,84	
Saldo FUNDEB para aplicação no 1º trimestre de: 2017	171.416,64	
Máximo de até 5% do FUNDEB acrescentável aos 25% (art. 212, CF)	-	
Empenho e pagamento com FUNDEB residual feitos no primeiro trimestre de 2017	-	
Saldo do FUNDEB residual não empenhado e pago até o primeiro trimestre de 2017	171.416,64	
Valor a ser adicionado à aplicação de 2016 para compor o mínimo de 25%	-	
2016		

Verificou-se, no entanto, que existia saldo disponível nas contas bancárias vinculadas ao FUNDEB correspondente a R\$ 1.758.857,62. Verificou também a existência de restos a pagar de R\$ 1.614.692,48. Portanto, considerando a quitação integral dos restos a pagar (R\$ 1.614.692,48), teríamos um saldo de R\$ 144.165,14.

Ao final do exercício havia restos a pagar do Fundeb de R\$1.614.692,48 (DOC 15 - fl. 17) e nas contas bancárias vinculadas havia o total de R\$ 1.758.857,62 (R\$1.758.100,70 + R\$756,92 - boletim de caixa), conforme DOC 15 - fls. 21/31. Sendo assim, havia saldo suficiente para quitar os restos a pagar, mas não a parcela diferida.

Assim, podemos afirmar que existia um saldo residual para aplicação de R\$ 171.416,64, para o que havia, supostamente, R\$ 144.165,14 não comprometidos pelos restos a pagar.

Excelência, toda questão se concentra o saldo de restos a pagar vinculados ao FUNDEB, no montante de R\$ 1.164.692,48.

Os empenhos vinculados ao FUNDEB, inscritos em restos em 31.12.2016, a pagar foram parcialmente cancelados em 2017, com o que podemos afirmar que existia saldo de caixa para aplicação do saldo residual de 2016.

Veja, nesse sentido, que em janeiro de 2017, a Prefeitura de Mogi Mirim recebeu recursos do FUNDEB na importância de R\$ 4.556.447,58 (**DOCUMENTO 04**).

Entretanto, em janeiro de 2017, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, vinculadas ao FUNDEB, atingiram a quantia de R\$ 5.076.488,97 (**DOCUMENTO 05**).

Em que pese todo o exposto, cumpre esclarecer que tal questão não pode comprometer as Contas Anuais em exame, posto que no caso concreto houve descontinuidade da gestão do Município de Mogi Mirim, tendo o requerente encerrado seu mandato em 31.12.2016.

Sobre o tema, em tempo, roga-se para que seja aplicado ao caso concreto o mesmo entendimento deferido no julgamento das Contas de 2015 da Prefeitura de Mogi Mirim, onde restou evidenciado que falha idêntica não fulminou aquelas Contas Anuais. Vejamos:

“TC-002567/026/15

Prefeitura Municipal: Mogi Mirim.

Exercício: 2015.

Prefeito: Luis Gustavo Antunes Stupp.

(...)

*Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Mogi Mirim**, relativas ao **exercício de 2015**.*

O processo integrou a pauta da Sessão de 28 de novembro de 2017 da Primeira Câmara deste E. Tribunal, na qual proferi Voto pela emissão de Parecer Favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

Afastei dos fundamentos do referido Voto as impropriedades relativas ao recolhimento parcial dos encargos sociais, em razão da

adesão pelo Município ao parcelamento de débitos com o Instituto Próprio de Previdência previsto na Portaria nº 333, de 11/07/2017, que permitiu a revisão e regularização da dívida previdenciária dos Municípios, bem como a falta de aplicação da parcela diferida, no diminuto valor de R\$ 63.089,46, equivalente a irrisórios 0,17% dos recursos do Fundo, tendo em conta sua inexpressividade em face do valor efetivamente gasto de R\$ 35.822.145,39, sem prejuízo, no entanto, de determinação para que o Executivo aplique a diferença faltante no ano seguinte ao da publicação deste parecer.

O processo entrou em discussão, oportunidade em que a e. Conselheira Cristiana de Castro Moraes se manifestou contrariamente à emissão de Parecer Favorável, reiterando sua posição contrária à relevação da falta de recolhimento dos encargos sociais pelas Prefeituras que aderiram ao REFIS de 2017, posição já conhecida por todos.

Prosseguiu externando sua preocupação com a deficiência na aplicação dos recursos do Fundeb, especialmente com as transferências financeiras da conta vinculada para a conta movimento, impactando negativamente as aplicações financeiras; bem como a falta de motivação para as referidas movimentações e, por fim, o mais grave, segunda ela, a falta de devolução total dos valores transferidos para a conta corrente vinculada.

Antes de passar a palavra ao Exmo. Conselheiro Revisor, que dos autos pediu vista na Sessão de 28/11/2017, esclareço a Vossas Excelências que a situação financeira do município se mostrou bastante complicada para se manter equilibrada no exercício examinado, fato que pode ser observado pelas ações do gestor, como: o levantamento dos depósitos judiciais por meio de lei municipal para pagamento dos precatórios judiciais; a própria adesão do município ao REFIS previdenciário em decorrência da falta de pagamento dos encargos sociais, além dos resultados deficitários orçamentários e financeiros.

Tais procedimentos denotaram que o Administrador executou ações preventivas para manter o equilíbrio financeiro e orçamentário dentro dos parâmetros aceitáveis pelo Tribunal e, por óbvio, a mesma situação ocorreu com os recursos do Fundeb; segundo

o Relatório de Fiscalização, as transferências de grandes quantias financeiras da conta corrente vinculada para a conta movimento ocorreram no primeiro semestre de 2015; em contrapartida a esse apontamento, a Fiscalização, no Relatório do 2º Quadrimestre, impugnou o excesso de empenhamento dos recursos do Fundeb, correspondentes a 106,42%, sendo recomendados ajustes no sentido de que a Prefeitura regularizasse a contabilização de tais despesas até o final do exercício.

Ora Excelências, as transferências efetivamente ocorreram, mas me parece impropriedade de menor relevância diante do resultado alcançado pelo Administrador; quero dizer, com isso, que o exercício foi encerrado com déficit de aplicação no Fundeb de apenas R\$ 63.089,46, equivalentes a irrisórios 0,17%, em relação gasto total de R\$ 35.822.145,39 e, ainda assim, as receitas decorrentes de aplicação financeira do Fundo atingiram o montante de R\$ 52.021,62 e a sobra de recursos do Fundeb correspondeu a R\$ 105.272,16, conforme quadro demonstrativo à fl. 104.

Por esses motivos Excelências, entendo possível relevar-se os pequenos desacertos ocorridos em 2015, na Prefeitura de Mogi Mirim.

Assim, passo a palavra ao E. Conselheiro Revisor Edgard Camargo Rodrigues, a quem ouço com atenção.

RENATO MARTINS COSTA

Conselheiro”

O CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, após pedido de vistas, concluiu que a mesma questão aqui discutida não pode comprometer o resultado positivo das Contas Anuais:

“58 TC-002567/026/15

Prefeitura Municipal: Mogi Mirim.

Exercício: 2015.

(...)

VOTO

De início, permito-me ratificar cálculo efetuado pelo e. Relator que atestou déficit orçamentário situado em patamar (0,41% -

02 dias de arrecadação municipal) incapaz de comprometer o equilíbrio das contas, bem assim, assentir, mais uma vez, com a sua compreensão a respeito do refinanciamento da dívida previdenciária do município, operado nos termos da Lei Federal nº 13.485/2017 (REFIS Previdenciário).

Compulsando os documentos e extratos bancários constantes dos autos e de seus anexos, notam-se efetivas transferências de valores entre as contas vinculada (FUNDEB) e de movimento da Prefeitura no decorrer do período em exame, motivando a e. Conselheira Cristiana de Castro Moraes a expressar preocupação quanto à adequada utilização dos correlatos valores em prol do setor educacional.

Segundo revelou a Fiscalização, o município destinou quase que a integralidade (99,66%) das verbas auferidas do fundo à remuneração dos profissionais do magistério, valendo-se da conta existente junto ao Banco do Brasil (nº 2483-BB) para o recebimento das respectivas transferências efetuadas pela União e daquela aberta junto à Caixa Econômica Federal¹ (nº 2344-CEF) para efetuar o pagamento dos salários dos servidores do ensino vinculados ao FUNDEB.

Informação prestada pela origem, corroborada pelos extratos bancários das aludidas contas bancárias (doc.21 – anexo IX do expediente TC-026704/026/16), revelou a necessidade de se transferirem importâncias do Banco do Brasil (recebimento de recursos do FUNDEB) à Caixa Econômica Federal (pagamento de servidores) com antecedência de dois dias da data em que se efetuam os pagamentos dos servidores (último dia de cada mês) com vistas à realização dos trabalhos de conferência da folha salarial e de processamento dos valores envolvidos.

Indicou, ainda, que além de os montantes advindos do FUNDEB, terem sido transferidos ao município após o referido prazo necessário para que se manipulasse a folha de pagamento da municipalidade, também se mostraram, em diversas oportunidades, insuficientes para suportar o pagamento de salários dos servidores da Prefeitura.

Assim, consoante alegado pela origem, os saldos mensais das contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (doc.21 –

anexo IX do expediente TC-026704/026/16) demonstram que os recursos oriundos da conta movimento da Prefeitura transitaram pela conta FUNDEB da Caixa Econômica Federal com o fito de garantir o devido pagamento dos servidores do setor educacional, enquanto indisponíveis as verbas advindas do FUNDEB, havendo ulterior recomposição de parte das quantias envolvidas.

Embora tal procedimento não tivesse se mostrado a melhor opção a ser adotada pela Administração, uma vez prejudicial aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, parece possa ser excepcionalmente acolhido como justificativa para as referidas transmutações interbancárias, exclusivamente em virtude da finalidade para a qual se propôs (pagamento de servidores do município).

A prática, no entanto, acarretou o aludido excesso de empenhamento na ordem de 106,42% dos recursos do FUNDEB no 2º quadrimestre do exercício, ensejando recomendação expedida pela Fiscalização para que o Executivo regularizasse a contabilização de tais despesas até o encerramento do período em exame (2015).

Assim, com a exclusiva intenção de atender ao reclamado pela equipe técnica da Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR-19, a Prefeitura acabou incorrendo em equívocos nos lançamentos contábeis e financeiros no derradeiro quadrimestre do exercício, prejudicando fosse demonstrada a integral destinação dos recursos do FUNDEB.

Patente a inexistência do aventado desvio de finalidade da aplicação das verbas do FUNDEB, além do que efetivamente comprovada a utilização de expressivos 99,83% dos recursos até o encerramento do primeiro trimestre do exercício subsequente (99,66% dos recursos foram revertidos à valorização dos profissionais do magistério).

Neste contexto, adequada a condução da matéria pelo e. Conselheiro Renato Martins Costa ao relevar a falta de utilização da diminuta parcela diferida do fundo (0,17% - R\$ 63.089,46), sem prejuízo de se determinar a aplicação do pequeno saldo remanescente (R\$ 63.089,46), com os devidos acréscimos legais, no exercício seguinte ao da publicação do Parecer.

Deste modo, acompanho o relator e voto pela emissão de parecer favorável às contas do PREFEITO DE MOGI MIRIM, relativas ao exercício de 2015.

É o meu Voto.”

Assim, considerando que em 2016 houve aplicação de mais de 95%, cumpre aplicar ao caso concreto o repertório jurisprudencial deste Sodalício. Com efeito, nessa linha de raciocínio, seguem decisões da Casa onde a referida irregularidade foi relevada.

É o que se vê da decisão das Contas da Prefeitura Municipal de Osasco, exercício de 2012, Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo concluiu: “... Acompanho esse atendimento, para concluir, portanto, que foram aplicadas 99,28% dos recursos da Fundeb, índice que, de acordo com orientação desta Câmara, não constituí motivo para rejeição das contas, eis que superado o limite de 95% a que alude o § 2º do artigo 21, da Lei Federal nº 11.494/07”.

Temos, ainda, a decisão exarada nos autos do TC – 1956/026/12, Prefeitura Municipal de Pedregulho, exercício de 2012, relator Conselheiro Antônio Roque Citadini, Segunda Câmara, sessão de 27/05/2014, segue: “... Os recursos faltantes na aplicação da Fundeb, que corresponderam ao montante de 0,46%, podem ser relevados, contudo, devem ser empregados no exercício imediatamente seguinte, em conformidade com o Comunicado SDG nº 07/2009”.

É o que se vê, também, da Decisão da E. Segunda Câmara, nos autos do TC- 235/026/09, proferida em Sessão de 17/05/2011, que acolheu Voto do Relator nos seguintes termos: “... Neste caso, na companhia das Assessorias Técnicas e Chefia de ATJ, e na linha da jurisprudência firmado por esta e. Corte de Contas, também entendo que a falha possa ser relevada, considerando que foi utilizada percentual superior ao fixado pelo texto legal (95%) e o valor faltante para atingir os 100% dos recursos é de **pequena significância**”.

Mas uma vez, a E. Segunda Câmara, em Sessão realizada em 22/03/2011, acolheu, nos autos do TC – 00028/026/09, Voto do Senhor Dr. Edgard Camargo Rodrigues, conforme segue: “... Como visto, o Executivo deixou de aplicar apenas a **diminuta quantia** (R\$ 1.359,93) correspondente a 0,23% do total dos recursos oriundos da Fundeb até 31/03/2010, podendo-se neste específico caso, tolerar o defeito observado, devendo a

Administração Municipal empregá-lo no exercício seguinte ao da emissão do Parecer deste Tribunal, ficando depositado em respectiva conta bancária vinculada.”

Ainda a Segunda Câmara, em Sessão realizada em 04/12/2012, Relator Conselheiro Dr. Robson Marinho, ao analisar as contas do Município de Zacarias, exercício de 2011, assim se manifestou: “... Quanto ao enfoque jurídico, chefia de ATJ considera que a falta referente à aplicação integral do recurso proveniente do Fundeb deve ser afastada levando em conta o **valor íntimo** envolvido e o fato da aplicação no ensino geral estar bem acima do mínimo constitucional (27,49% - Valor excedente = 295.781,22).”

Temos ainda as recentes decisões dos **TCs nºs: 1487/026/12; 1762/026/12 e 1427/026/11.**

Diante de todo o exposto, requer-se de Vossa Excelência e de Vossos Ilustres Pares que seja conhecido e devidamente processado o presente apelo, para o fim de ser provido, emitindo ao final **PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 DO PODER EXECUTIVO DE MOGI MIRIM**, emitindo ao final as recomendações eventualmente pertinentes.

Nestes termos,
P. deferimento.

Mogi Mirim, 1º de MARÇO de 2019.

ELISEU DAVID ASSUNÇÃO VASCONCELOS
Procurador Municipal – OAB/SP 288.214